

Ata n.º 25/2025

Reunião de Câmara realizada em 19 de dezembro de 2025

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta Vila da Lousã, no Edifício dos Paços do Concelho, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu o Executivo Camarário, com a presença do Senhor Presidente, Victor Eugénio das Neves Carvalho, da Senhora Vice-Presidente, Ana Paula Dias Neves Sançana e dos Senhores Vereadores Luís Filipe Sousa Santa, Cristina Maria Fernandes Silva, António Manuel Antunes Marçal, Maria Helena Gomes Correia --

Pelas dez horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia -----

1.1. Faltas -----

Faltou o Sr. Vereador Domingos Lopes, que justificou a falta por motivos de saúde.

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal -----

1.3. Intervenção dos Vereadores -----

2. Período da Ordem do Dia -----

2.1. Divisão Administrativa e Finanças -----

2.1.1. Proposta aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026; -----

2.1.2. Proposta de aprovação do Mapa de pessoal para o ano de 2026; -----

2.1.3. Proposta de aprovação da orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2026; -----

2.1.4. Proposta de aprovação Regulamento Interno da Estrutura Orgânica Municipal;

2.1.5. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Vilarinho; -----

2.1.6. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte das competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----

2.1.7. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia da Lousã; -----

2.1.8. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte das

- competências a transferir para a Freguesia da Lousã; -----
- 2.1.9.** Proposta de aprovação do Regimento da Câmara Municipal da Lousã; -----
- 2.1.10.** Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.12.2025 relativo à autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional (área de educação); -----
- 2.1.11.** Proposta de fixação de um regime especial de horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho no período de festividades de Natal e Ano Novo. -----
- 2.1.12.** Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 6 930,24 €, no âmbito do “projeto 94.1 – Serviços de Cibersegurança. -----
- 2.1.13.** Proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. -----
- 2.1.14.** Proposta de atribuição de apoio financeiro à ATML – Associação dos Trabalhadores do Município da Lousã, no montante de 4.000,00 €, para apoio na prossecução dos seus fins estatutários; -----
- 2.2 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude**
- 2.2.1.** Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 363,14 €, no âmbito do “Projeto 4 – Rede de Oferta Turística em Espaços Naturais; -----
- 2.2.2.** Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 395,92 €, no âmbito do “projeto 11 – Região de Coimbra Turismo 2020 – Promoção Integrada dos Produtos Turísticos; -----
- 2.2.3** Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 4 549,40 €, no âmbito do projeto de cooperação em inovação regional e desenvolvimento sustentável estabelecido com a Provincia de Tierra del Fuego, Antartida e Islas del Atlantico Sur, Argentina ; -----
- 2.2.4.** Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 511,14€, no âmbito do “projeto 9: um território com identidade gastronómica: a importância da gastronomia na recuperação dos

territórios do património natural da Região de Coimbra afetados pelos incêndios florestais”; -----

2.2.5. Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 922,35 €, no âmbito do “projeto 177 - EKUIzante” -----

2.2.6. Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 2 552,18€, no âmbito da participação na “exposição universal - EXPO 2025 OSAKA” -----

2.2.7. TML - Programação do 1º trimestre de 2026 - bilhética; -----

2.2.8. Voto de reconhecimento a Horácio André Antunes - Campeonatos da Europa e do Mundo de Futebol Sub-17; -----

2.2.9. Voto de reconhecimento aos atletas de Judo adaptado - Montanha Clube - José Miguel Simões, Carlos Garrin, Joel Viegas e Bernardo Cunha; -----

2.2.10. Voto de reconhecimento Montanha Clube Secção de Judo, André Carvalho;

2.2.11. Voto de reconhecimento à atleta do LOUSAN NATAÇÃO - Camila Rebelo, pelos resultados alcançados no Campeonato Europeu de Natação - Piscina curta em Lubin- Polónia; -----

2.2.12. Voto de reconhecimento aos atletas do Clube Desportivo Lousanense - Afonso Coimbra, João Emídio e Vítor Teixeira que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagraram campeões Zonais.; -----

2.2.13. Voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO - Martim Simões Rodrigues pelos resultados obtidos no Torneio Regional de Fundo de Infantis e Juvenis em Cantanhede; -----

2.2.14. Voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO - Diogo Cancela pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Piscina Curta em Cantanhede;

2.2.15. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 28/11/2025, relativo à atribuição de isenção do Programa Férias Ativas - Interrupção letiva Natal 2025; -----

2.2.16. Proposta de Isenção das taxas de ocupação de via pública durante o evento “A Lousã tem Natal”; -----

2.2.17. Atribuição de apoio financeiro anual aos Centros de Recursos de Apoio alimentar, no âmbito do Regulamento Municipal de Emergência Social; -----

2.3 Planeamento, Ordenamento do Território e Urbanismo -----

2.3.1. Empreitada de Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais - Lote 1 - Proposta de trabalhos a menos; -----

2.3.2. Discussão pública da Proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - REOT Lousã 2025; -----

2.3.3. Proposta de extinção do procedimento - Lousã Green Cowork; -----

2.3.4. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 750,25€, no âmbito do “projeto 146: Planos Municipais de Ação Climática”); -----

2.3.5. Proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 122,38€, no âmbito do “projeto 158 - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN)”); -----

2.3.6. Comparticipação financeira/reembolso à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 491,79 €, no âmbito do protocolo de colaboração para aquisição de serviços jurídicos relativo ao processo ERSUC/ERSAR; -----

2.4 Florestas e Desenvolvimento Rural -----

2.4.1. Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Coimbra | Designação dos representantes do Município da Lousã; -----

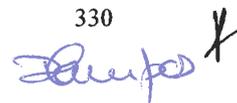
2.4.2. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 295,85€, no âmbito do “Projeto 26: Rede Tecnológica de Monitorização”, referente aos custos de funcionamento no ano 2024; -----

2.4.3. Proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5.052,64 €, no âmbito do “projeto 30: brigada de sapadores florestais” - componente fixa - ano 2025; -----

2.4.4. Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 882,85 €, no âmbito do “projeto 141 - conceção do modelo de gestão centralizado das AIGP”); -----

2.5 Outros -----

2.5.1. Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 19/11/2025 relacionado com as ECIN de outubro de 20



3. Aprovações em minuta-----

1. Período antes da ordem do dia -----

1.2. Intervenção do Presidente da Câmara Municipal. -----

O Senhor Presidente da Câmara, justificou a ausência do Vereador Domingos Lopes nesta reunião por motivos de saúde, desejando-lhe rápida recuperação. -----

Manifestou grande satisfação pelo arranque da operação do Metro Mondego, já em funcionamento no terreno. Destacou o simbolismo da coincidência da inauguração da operação com a celebração dos 119 anos da antiga ferrovia (1906), facto considerado motivador e gerador de otimismo quanto ao sucesso do sistema. Reconheceu que, apesar de alguma controvérsia quanto à opção adotada, existe a convicção de que o serviço será progressivamente valorizado pelas populações. Referiu ainda que, com a futura inauguração da ligação aos Hospitais, prevista para aproximadamente um ano, o sistema ganhará maior utilidade e relevância, reforçando o seu contributo para a mobilidade e para o serviço às populações. Informou que o novo traçado do IP3 será adjudicado no dia de hoje e que o projeto prevê a ligação da A13 a Souselas; o IP3 terá de um novo traçado a sul do rio Mondego, servindo o concelho de Penacova, estando igualmente prevista uma ligação do IP3 a Vila Nova de Poiares, com continuidade até Góis. Relativamente à alternativa à Estrada Nacional 17 (Estrada da Beira), referiu que era sua intenção que fosse incluída na Resolução do Conselho de Ministros, o que não foi possível. Ficou, contudo, acordado com o Senhor Ministro das Infraestruturas que serão envidados esforços para que, no âmbito da empreitada e da concessão da obra, seja incluída a alternativa à Estrada da Beira. Reafirmou o compromisso de continuar diligências e pressão institucional para garantir que esta alternativa venha a concretizar-se no futuro. Informou sobre uma reunião na CCDR para apresentação do ponto de situação dos projetos PRR, em particular da obra da Escola Secundária. Manifestou preocupação face às orientações da Comissão Europeia, segundo as quais todas as obras financiadas pelo PRR deverão estar concluídas até 31 de junho, o que obriga à aceleração do processo de execução da empreitada. Esclareceu que o atual executivo não tem responsabilidade direta pela maioria dos atrasos registados, os quais resultaram de constrangimentos no lançamento da obra, nomeadamente dos concursos que ficaram desertos, bem como dificuldades do

empreiteiro, que atrasaram o início da empreitada. Presentemente, o prazo disponível para a conclusão da obra é de cerca de seis meses, podendo apenas os arranjos exteriores vir a ser eventualmente adiados. Referiu ainda que está agendada para a próxima terça-feira, uma reunião com o chefe de Divisão e o empreiteiro, com vista à intensificação dos trabalhos. Encontra-se igualmente definido um plano alternativo (plano B), que permitirá, se necessário, recorrer a outra empreitada já existente para a mesma obra. Apesar de o prazo ser apertado e a situação gerar preocupação, foi transmitida confiança na existência de alternativas e no empenho do executivo. Reiterou a importância de concluir a obra com financiamento PRR, uma vez que se pretende posteriormente candidatar a Escola Básica n.º 2 a uma nova linha de financiamento que deverá abrir no início do ano. Foi formalmente apresentada uma mensagem de votos de Bom Natal e de um Bom Ano de 2026 a todos os presentes. Foi ainda manifestado um agradecimento especial pela colaboração, compreensão e espírito de equipa demonstrados, em particular no âmbito da preparação da reunião e da documentação associada. Terminou a intervenção referindo o elevado volume e complexidade dos documentos analisados, nesta reunião, sobretudo os relativos ao Orçamento, reconhecendo o esforço conjunto do executivo e dos serviços para concluir atempadamente toda a documentação e assegurar a prestação da melhor informação possível. Sublinhou a importância de aprovar o Orçamento de 2026 ainda no presente ano, atendendo às atuais condicionantes financeiras, agradecendo, por fim, a postura construtiva e colaborativa de todos os envolvidos. -----

1.3. Intervenção dos vereadores -----

O Sr. Vereador António Marçal, tomou a palavra e questionou o Sr. Presidente sobre o Metro Mondego, defendendo a necessidade de repensar o horário do último metro com destino à Lousã, de modo a melhor responder às necessidades dos utilizadores. Propôs ainda que fosse solicitada à tutela a manutenção da gratuitidade do metro durante o mês de janeiro para os concelhos da Lousã e Miranda do Corvo, como forma de incentivar hábitos de utilização, bem como a definição do valor do passe mensal para a Lousã. Referiu igualmente a necessidade de apoio sanitário em algumas paragens do Metro Mondego. Relativamente ao novo traçado do IP3, considerou-o importante para a região, mas salientou que, para o concelho da Lousã,

é prioritária a criação de uma alternativa à EN 17 e a revisão do traçado da EN 342, especialmente entre Miranda do Corvo e o acesso à A13, por ser fundamental para o acesso à Zona Industrial do Alto do Padrão. Destacou ainda a importância da ligação Vilarinho-Góis, que permitiria também um melhor acesso a Serpins. -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia, congratulou-se pelo início da circulação do Metro Mondego, destacando a afluência e a dinâmica observadas nas paragens, com muitos utilizadores a testar o novo sistema, manifestou o desejo de que, ultrapassada esta fase inicial, a população passe a utilizar o serviço de forma regular e consistente. Questionou o Senhor Presidente se, atendendo à reunião e visita à Fundação ADFP, e considerando questão já colocada ao anterior Presidente da Câmara Municipal, sobre a Quinta de S. José, existe alguma informação sobre a eventual manifestação de vontade de exercer o direito de preferência na venda do imóvel em causa, bem como sobre a existência de qualquer alteração entretanto ocorrida relativamente a esse processo. -----

A Sr.ª Vice-Presidente da Câmara na sequência das intervenções anteriores, manifestou a satisfação e congratulação pelo início do sistema de mobilidade do Metro Mondego, considerado uma obra estruturante e diferenciadora. Sublinhou a importância do projeto na sua totalidade, em particular para as muitas pessoas que se deslocam para a zona hospitalar, expressando ainda a expectativa de que a concretização integral do sistema decorra dentro dos trâmites e prazos previstos. Apresentou uma nota informativa sobre o programa “A Lousã tem Natal”, a decorrer entre 20 e 28 de dezembro, onde destacou a diversidade e riqueza cultural do evento, bem como o carácter altruísta da iniciativa, com a participação voluntária e gratuita de associações, entidades do terceiro setor, comunidades locais e artistas, num espírito de missão e colaboração. Referiu que o programa incluirá atividades para diferentes públicos, nomeadamente animação infantil, artesanato e diversas iniciativas culturais, com horários pensados para permitir a participação das famílias e, em especial, das crianças, público central das celebrações natalícias. Foi ainda salientada a localização estratégica do evento, que permitirá atrair visitantes do concelho e de territórios vizinhos, contribuindo para uma maior vivência e dinamização do período natalício. -----

A Sr.^a Vereadora Cristina Silva congratulou-se pelo início da operação do Metro Mondego e referiu que durante visitas às Escolas Secundária e Escola n.º 2, foram recolhidas sugestões de professores e alunos sobre pequenos ajustes nos horários da manhã, nomeadamente para permitir a entrada às 8h30, compatíveis com o uso do Metro Mondego, propostas que serão posteriormente avaliadas para eventual implementação. No âmbito da ação social, deu nota que no dia 11 de dezembro, o município esteve em articulação com a ATIVAR num evento de “Coffee Talk” no Teatro Municipal, com o tema “Voluntariado e Direitos Humanos”, contando com a presença do Presidente da Confederação Portuguesa de Voluntariado. No dia 12 à tarde, realizou-se a reunião da Rede Social com todos os parceiros, durante a qual foram apresentados 17 projetos do município e da Rede Social em vigor na Lousã. Informou que o município está a trabalhar na implementação de uma Universidade Sénior na Lousã, com o apoio da Icreate, tendo já sido realizadas reuniões com a ADRAS, a Associação de Desenvolvimento Social e Cultural dos Cinco Lugares e a Arte Via. O objetivo é congregar estas associações num único espaço, aproveitando as valências de cada uma sem sobreposição das suas atividades, considerando que o município apoia estas associações – ADRAS e ARTE VIA – desde o início dos anos 2000, nomeadamente através do pagamento de renda para utilização de espaço. Destacou que o espaço deverá ser acessível e adequado ao público-alvo, e que as ações a desenvolver não se limitarão ao público sénior, mas incluirão iniciativas intergeracionais. Informou ainda que decorreram no Teatro Municipal várias sessões de teatro dirigidas a crianças do pré-escolar e do 1.º e 2.º ciclos. À semelhança dos anos anteriores, o município ofereceu um livro a cada criança do pré-escolar e do 1.º ciclo, no âmbito do programa de promoção da leitura em família. Realizou-se também um evento organizado pela CATL Arcil, durante o qual foi feito um balanço da atividade da entidade. No dia 17, decorreu em Góis a reunião do Conselho Consultivo do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, com apresentação do balanço das atividades realizadas ao longo de 2025. O município reuniu ainda com a DECO Centro, que apresentou duas propostas: uma relacionada com um prémio e outra sobre a instalação de um balcão de energia e habitação. Está em análise a viabilidade da segunda proposta, tendo-se considerado que poderá não ser necessária devido à existência do balcão de energia já

implementado. Mantém-se, porém, o apoio prestado pela DECO aos munícipes uma vez por mês no âmbito do apoio ao consumidor. Informou que terminou hoje a Semana Ubuntu, organizada pelo Agrupamento de Escolas da Lousã, iniciativa na qual o município colaborou e participou no primeiro dia, estando também prevista a participação no encerramento. Referiu que, no dia de hoje, será efetuada a entrega de cabazes de Natal a 90 famílias carenciadas do concelho e terminou a intervenção informando que, em articulação com o Vereador Luís Santa, foram resolvidas algumas situações relacionadas com o sistema de aquecimento da Escola Secundária, que durante algum tempo apresentou condições pouco adequadas para alunos, pessoal docente e não docente. -----

O Sr. **Presidente da Câmara** referiu que o horário do Metro Mondego ainda não se encontra definitivamente fechado, uma vez que a versão inicial apresentava algumas imprecisões e a segunda versão apenas corrigiu parcialmente os horários noturnos. De acordo com a informação transmitida pela Administração do Metro Mondego, na pessoa do Eng.º João Marrana, esta fase inicial implica necessariamente um período de adaptação e reajuste dos horários. Salientou a preocupação com a articulação dos horários do Metro Mondego com os horários escolares, uma vez que algumas ligações chegam demasiado próximas da hora de início das aulas, nomeadamente às 8h30, o que se revela insuficiente quer para alunos, quer para professores, enquanto outras chegam com maior antecedência. Referiu ainda que os horários estão a ser revistos à medida que o sistema entra em funcionamento, permitindo identificar os períodos reais de maior afluência. Sublinhou que esta preocupação é partilhada pelo município, enquanto acionista, e pela administração do Metro Mondego, com o objetivo de afinar o sistema de modo que este se torne autónomo e financeiramente sustentável, evitando a necessidade de apoios financeiros adicionais no futuro. Relativamente à questão da gratuitidade do serviço em janeiro e ao valor dos passes, referiu que estas matérias foram abordadas junto da administração do Metro Mondego e foi defendido que a manutenção temporária da gratuitidade do serviço poderá ser benéfica, tendo em conta que a população esteve vários anos sem este sistema de mobilidade e se encontra, em parte, desabituada da sua utilização, sendo a gratuitidade um fator facilitador para a experimentação e adesão inicial ao serviço, desde que os horários sejam devidamente ajustados às necessidades dos

utilizadores. Esclareceu que, no imediato, não existe ainda uma decisão definitiva quanto à continuidade da gratuidade, não estando esta nem garantida nem excluída. Admitiu-se, contudo, a possibilidade de um eventual alargamento do período de gratuidade, considerando alguns constrangimentos operacionais, nomeadamente o atraso na instalação dos pontos de venda de passes mensais na Câmara Municipal e na Junta de Freguesia de Serpins, bem como a necessidade de formação associada a esse processo, o que poderá dificultar a operacionalização do sistema logo no início do mês. Relativamente ao passe intermodal, no valor de 40 euros mensais, referiu que este se encontra alinhado com os valores praticados noutras áreas metropolitanas, nomeadamente Lisboa e Porto, não se antevendo, no curto prazo, nomeadamente nos próximos dois anos, uma revisão desse valor. Explicou que, no âmbito do contrato administrativo celebrado entre o Estado Português e a Metro Mondego, será o próprio Estado a assumir eventuais prejuízos da operação, à semelhança do que acontece nos sistemas de transporte de Lisboa e Porto. Alertou para o risco de uma eventual pressão para redução do valor dos passes poder conduzir a uma maior responsabilização financeira por parte das autarquias, caso o Estado entenda transferir esses encargos. Assim, considerou que não existe, nesta fase, grande margem para redução do valor do passe. Sublinhou ainda a importância de esclarecer a população quanto ao alcance do passe intermodal, salientando que os 40 euros correspondem ao valor máximo e permitem a utilização integrada do Metro Mondego, dos Serviços Municipalizados de Transportes de Coimbra e da CP. Defendeu que este valor não deve ser encarado como excessivo, atendendo à abrangência e às vantagens do serviço prestado, sendo fundamental reforçar a comunicação junto dos munícipes sobre os direitos e benefícios incluídos no passe. Referiu ainda que a gratuidade do serviço é, neste momento, assegurada pela própria Metro Mondego, a qual está igualmente sujeita a limitações orçamentais, não sendo possível garantir, nesta fase, a extensão desse regime gratuito. Relativamente à inexistência de sanitários nas estações, foi referido que se trata de um problema já identificado, tanto pela autarquia como pela administração do Metro Mondego. No caso de Serpins, encontra-se já identificada uma solução. Na Lousã, a situação está ainda a ser analisada, sendo necessário enquadrar a melhor solução possível no edifício existente, uma vez que não se trata de uma construção de raiz. Foi ainda

salientado que, para além da questão dos sanitários, existe também a preocupação com a inexistência de um espaço de apoio e descanso para os motoristas, tendo em conta as pausas necessárias ao exercício da sua atividade. Trata-se de uma situação que está a ser acompanhada pelas entidades competentes, prevendo-se a definição de uma solução no mais curto espaço de tempo possível. Referiu que a melhoria das ligações rodoviárias permitirá um melhor acesso ao IP3, constituindo uma mais-valia, nomeadamente para quem se desloca para fora do país. Relativamente à Estrada Nacional 17, reiterou que se trata de uma reivindicação antiga e contínua, que não foi esquecida, tendo sido já objeto de apresentação de estudos e propostas junto das entidades competentes e sublinhou a importância de não deixar esmorecer esta discussão. Destacou a relevância da Estrada Nacional 342, considerada uma via estratégica para o desbloqueio da mobilidade dos concelhos do interior, tendo sido abordada em reuniões conjuntas com os Presidentes das Câmaras Municipais de Góis e Pampilhosa da Serra, bem como com o Senhor Ministro. Esta via foi apontada como uma solução fundamental para aproximar os territórios do interior à A13, facilitando ligações mais rápidas ao sul e respondendo a necessidades antigas destas populações. Salientou que a alternativa à Estrada da Beira permitirá igualmente melhorar a ligação de concelhos mais interiores, sendo enquadrada na visão global do Governo para as infraestruturas, incluindo a nova A13, o novo aeroporto e a alta velocidade ferroviária, equipamentos que exigem uma adequada articulação com a rede viária interior. Referiu ainda que a concretização da EN 342, nomeadamente a ligação até Góis, se revela mais complexa do que inicialmente pretendido, sendo que há uma Resolução do Conselho de Ministros que prevê a configuração do IP3 até Góis, ficando o compromisso de, em fase posterior de concessão, ser avaliada a inclusão da Estrada Nacional 17 e, progressivamente, a melhoria de outras vias estruturantes para o território. Relativamente à Quinta de São José referiu que, nos últimos oito anos, a possibilidade da sua aquisição foi, de forma consistente, incluída nas suas propostas apresentadas ao anterior Presidente da Câmara, uma vez que o imóvel se encontrava à venda e não eram então conhecidos interessados. Sublinhou que este espaço é considerado um ativo que deveria integrar a esfera pública. Referiu ainda que, com a concretização da venda, se colocam duas questões relevantes, nomeadamente a eventual perda do direito de preferência por parte da

autarquia. Apesar disso, até ao momento, a Câmara Municipal não recebeu qualquer comunicação formal da venda que permita o exercício desse direito, embora exista a informação de que o imóvel já terá sido vendido. Em resposta à Vereadora Helena Correia esclareceu na reunião realizada com o Dr. Jaime Ramos foi abordada a situação da Quinta de São José, tendo sido expostas as pretensões de investimento privado para aquele espaço. Disse ainda que, enquanto autarcas, importa ponderar diversos fatores, nomeadamente a possibilidade ou legitimidade de a autarquia travar um investimento privado gerador de emprego no concelho, bem como a capacidade do município para, a curto prazo, adquirir, reabilitar e dar utilidade pública ao imóvel, conforme a perspetiva inicialmente defendida. Informou que nesta fase, ainda não há nenhuma decisão tomada, reconhecendo tratar-se de uma matéria complexa, que envolve não apenas uma análise racional, mas também uma dimensão emocional, exigindo alguma cautela. Sublinhou que a opção entre a integração do imóvel na esfera pública e a viabilização de um investimento privado com criação estimada de 30 a 40 postos de trabalho coloca questões relevantes quanto às prioridades do município e ao sinal de progresso e empreendedorismo que se pretende transmitir. Referiu ainda que o ideal era a Quinta ter sido adquirida anteriormente, quando não existia intenção de investimento, evitando a situação atual. Contudo, face ao contexto presente, considerou importante avaliar a situação com ponderação, atendendo também aos investimentos relevantes em curso no concelho, nomeadamente na área dos cuidados continuados, que assumem particular importância para a Lousã. Independentemente da solução que venha a ser adotada, foi defendido que deverá ser salvaguardada a possibilidade de usufruto do espaço pela comunidade, evitando que o mesmo se torne um espaço fechado. Ficou claro que, até ao momento, não foi tomada qualquer decisão por nenhuma das partes, tendo sido apenas discutidos cenários e hipóteses, podendo a informação ser posteriormente partilhada com maior detalhe. -----

2. Período da Ordem do Dia -----

2.2. Administração e Finanças -----

2.1.1. Proposta Aprovação do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026; -----

relocalização do quartel dos Bombeiros para a periferia, esclareceu que, não existindo atualmente espaço nem condições para essa relocalização, está inscrita em orçamento uma intervenção no quartel atual, de modo a garantir dignidade e melhores condições de trabalho aos Bombeiros. No que diz respeito à renovação da rede de água e saneamento, referiu existir previsão de verbas a nível nacional, esclarecendo, contudo, que, não sendo as redes da competência da autarquia, mas da APIN, caberá a esta entidade a sua execução. -----

Numa análise mais política referiu que o Orçamento apresentado é, sobretudo, de consolidação, destacando a forte componente de investimento associada ao PRR, salientando os riscos inerentes a estes financiamentos, uma vez que os prazos são rigorosos e o incumprimento implica a devolução das verbas. Nesse sentido, considerou que não seria sério nem responsável inscrever mais obras do que aquelas que é possível concretizar, reforçando que o Orçamento, embora previsionar, reflete intenções realistas e exequíveis, em coerência com a futura prestação de contas. Informou ainda que foram aumentadas as transferências para as Juntas de Freguesia em cerca de 10% e os contratos inter-administrativos em cerca de 14%, face ao ano anterior, assumindo-se o compromisso de avaliar situações urgentes ou de força maior que possam surgir. Referiu que será discutido o maior orçamento de sempre do município, com uma base de cerca de 54 milhões de euros, sublinhando que se trata também do mais exigente, implicando um grande esforço de todos os serviços da autarquia. Acrescentou que, apesar da forte exigência do PRR, foi possível assegurar o apoio social, cultural e associativo, bem como inscrever novos projetos, alguns ainda em fase de elaboração e candidatura, podendo futuramente implicar alterações orçamentais. Destacou a boa evolução da cobrança fiscal, que tem permitido aumentar receitas, mesmo com redução de impostos. No âmbito do desenvolvimento económico, salientou a necessidade de adquirir e infraestruturar terrenos na zona industrial para captação de novas empresas. Referiu ainda projetos estruturantes nas áreas da educação, habitação (com uma verba de cerca de 10 milhões de euros), saúde, reestruturação urbana, iluminação pública LED em todo o concelho, mobilidade, condomínios de aldeia, espaços de coworking e centro de negócios, reabilitação energética da biblioteca municipal e intervenções em escolas e jardins de infância. Destacou igualmente investimentos na concretização do Centro

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a intervenção agradecendo aos trabalhadores da autarquia pelo empenho e pelas muitas horas dedicadas à elaboração do Orçamento, permitindo que o mesmo estivesse concluído a tempo desta reunião de Câmara. Referiu que foram consideradas todas as propostas que lhes foram remetidas, estando a maioria inscrita no Orçamento. Os contributos recebidos para o Orçamento partiram dos vereadores do Partido Socialista, do Grupo Municipal do Partido Socialista e do Grupo do MIL, tendo sido considerados, em grande parte, os contributos do MIL, incluindo a questão da reestruturação e reorganização dos serviços. Relativamente às propostas apresentadas pelo Partido Socialista, afirmou que foram todas contempladas no Orçamento, destacando, entre outras, a questão da Foz de Arouce, que se encontra nos serviços para avaliação, sendo uma matéria a desenvolver assim que haja possibilidade. Informou que a situação da estrada desde a Rua Capitão Santos Leite, Fonte dos Mouros, Senhora das Barraquinhas e Estrada dos Ramalhais até Santa Luzia foi um dos temas abordados na reunião com o Senhor Ministro, por se tratar de uma obra importante para o escoamento do trânsito da zona nascente do concelho, dando especial atenção à zona da nave de exposições, onde com a entrada em funcionamento do metro têm vindo a verificar-se alguns constrangimentos. Relativamente à pavimentação da estrada entre o Centro de Saúde e a EBI, referiu que, estando inscrita em orçamento a expansão do Parque Urbano, o traçado poderá ser posteriormente ajustado, salientando ainda a existência de terrenos que não pertencem à autarquia, sendo necessário proceder previamente ao respetivo trabalho de aquisição. Esclareceu que a obra tem financiamento inscrito, encontrando-se, por isso, garantida. Informou que está prevista a aquisição de terrenos para o alargamento da estrada para a ADIC, melhorando a acessibilidade. Referiu também a possibilidade de aquisição de terrenos junta à igreja e ao cemitério de Vilarinho, com o mesmo objetivo. Referiu ainda que a execução de passeios desde a Rua da Sé até ao lugar de Vilarinho é uma pretensão antiga e que se encontra inscrita em orçamento, bem como a aquisição de uma casa, junto à capela de Vilarinho, prevista para janeiro de 2026. Acrescentou que o terreno entre o Parque Carlos Reis e a Filarmónica já se encontra adquirido, estando em análise o tipo de projeto a desenvolver, e que já está identificado também um outro espaço destinado a grandes eventos. Quanto ao estudo e projeto de

de Alto Rendimento, do campo de férias, de equipamentos diversos, de projetos turísticos como o teleférico, e outras iniciativas que visam melhorar a qualidade de vida da população. Concluiu afirmando que se trata de um orçamento robusto e exigente, orientado para o desenvolvimento do concelho, garantindo simultaneamente o equilíbrio financeiro e a estabilidade das contas municipais, colocando os projetos ao serviço da comunidade com maior dignidade e qualidade.

O Sr. Vereador António Marçal, referiu que o Orçamento para 2026 é formalmente equilibrado e tecnicamente consistente, não estando em causa a sua conformidade jurídica nem a sustentabilidade financeira do Município. Contudo, salientou que a divergência reside nas opções políticas subjacentes, considerando-se que o Orçamento, no valor global de cerca de 54,3 milhões de euros, revela uma distribuição assimétrica dos recursos, com forte concentração no eixo da Coesão, em detrimento da Competitividade e Desenvolvimento Económico. Sublinhou que, apesar da importância das políticas de coesão social, educação e saúde, a reduzida expressão do eixo económico poderá comprometer a capacidade futura de gerar riqueza, fixar população ativa e sustentar as próprias políticas sociais. No domínio da habitação, referiu que, embora o diagnóstico esteja identificado, o Orçamento não contempla um programa municipal estruturado de habitação acessível com dotação própria significativa, apresentando verbas dispersas e dependentes de financiamento externo. Relativamente ao planeamento territorial, assinalou a persistência de fraca execução da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão, mantendo-se uma aposta em estudos e fases preparatórias em detrimento da execução efetiva. No plano económico, considerou que o Orçamento assegura continuidade, mas não traduz uma estratégia clara de transformação do perfil económico do concelho. Destacou ainda a elevada dependência da receita de capital, nomeadamente de fundos comunitários, o que limita a margem de decisão política e introduz riscos acrescidos de execução. Por fim, manifestou preocupação com o crescimento da despesa corrente, em especial com despesas de pessoal e horas extraordinárias, alertando-se para os impactos na margem de decisão futura e na sustentabilidade financeira a médio prazo. Em conclusão, reconheceu o rigor técnico do documento, mas afirmou que o Orçamento privilegia a gestão corrente em detrimento de uma visão estratégica transformadora para a Lousã. Nesse

enquadramento, e por se tratar do primeiro Orçamento do novo ciclo autárquico, anunciou a opção pela abstenção na votação, como sinal de boa-fé institucional, exigência e responsabilidade, não constituindo um voto de concordância política. -

O Sr. Presidente da Câmara referiu que se trata de um orçamento consolidado, salientando que os orçamentos elaborados em períodos de transição entre executivos são particularmente complexos. Esclareceu que os problemas relacionados com a habitação estão devidamente identificados e que o apoio à habitação continuará a ser assegurado. No que respeita à dinâmica económica, afirmou que a mesma existe, evidenciando como exemplo a inscrição de verbas para a aquisição de terrenos na zona industrial, o investimento no centro de negócios e no espaço de cowork. Referiu ainda que o orçamento se encontra fortemente comprometido com os projetos financiados pelo PRR, manifestando prudência na sua elaboração, atendendo ao volume de investimento envolvido, cerca de 23 milhões de euros, e aos riscos associados à revisão de preços e a eventuais acréscimos de custos, estimados em cerca de 10%, e ao respetivo impacto nas contas do município, justificando assim a opção por um orçamento de consolidação. -----

O Sr. Presidente colocou à votação a proposta de Orçamento Municipal e Grandes Operações do Plano para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026-----

2.1.2. Proposta de aprovação do Mapa de pessoal para o ano de 2026; -----

O Sr. Vereador António Marçal, sugeriu a análise conjunta dos pontos 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4.-----

O Sr. Presidente da Câmara, anuiu e deu a palavra ao Sr. Vereador António Marçal.

O Sr. Vereador António Marçal tomou a palavra e referiu que a proposta de reorganização dos serviços municipais e respetivo mapa de pessoal é formalmente conforme à lei e cumpre os requisitos do artigo 29.º da LTFP, mas não apresenta uma visão estratégica clara, por não incluir um diagnóstico das necessidades do concelho, avaliação das cargas de trabalho, explicitação dos ganhos para os municípios nem definição de indicadores de avaliação do impacto da reorganização.

Manifestou preocupação quanto à criação do Serviço Municipal de Proteção Civil, considerando positiva a sua constituição, mas salientando a ausência de clarificação quanto aos recursos humanos afetos, perfis funcionais, vínculos e estrutura de comando. Referiu que o mapa de pessoal prevê 420 postos de trabalho, incluindo um Coordenador Municipal de Proteção Civil em regime temporário e 26 Bombeiros Sapadores, mas não apresenta uma desagregação autónoma e transparente dos recursos do novo serviço, levantando dúvidas sobre a solidez da estrutura e a separação funcional entre Proteção Civil e Bombeiros. Sublinhou igualmente a necessidade de clarificar a articulação entre o Gabinete Técnico Florestal, o Serviço Municipal de Proteção Civil e os Bombeiros Municipais, alertando para os riscos de fragmentação administrativa num concelho com elevada exposição a incêndios e fenómenos climáticos extremos. Questionou ainda a inexistência explícita, no mapa de pessoal, de um quadro de comando profissionalizado dos Bombeiros Municipais, lembrando que tal constitui uma exigência legal, não sendo suficiente a eventual acumulação de funções com o Coordenador Municipal de Proteção Civil. Relativamente ao regime de voluntariado nos Bombeiros Municipais, salientou que este não pode substituir vínculos de emprego público nem suprir necessidades permanentes, considerando que a proposta não clarifica a distinção entre profissionais e voluntários nem a compatibilização deste regime com responsabilidades operacionais permanentes do município. Apontou ainda fragilidades noutros domínios, nomeadamente na saúde pública municipal, onde não se identifica uma aposta clara em estruturas técnicas de apoio e articulação com o SNS, e na educação, área em que considerou insuficiente a resposta ao nível de equipas técnicas multidisciplinares de apoio às comunidades educativas. No que respeita às obras municipais por administração direta, referiu que o reforço previsto no mapa de pessoal é limitado e não evidencia uma estratégia clara de valorização da capacidade interna, mantendo-se a preferência pela externalização de trabalhos que poderiam ser assegurados pelos serviços municipais. Em síntese, disse que a proposta é tecnicamente adequada e legal, mas carece de maior ambição estratégica, defendendo-se a necessidade de a complementar com um diagnóstico fundamentado das necessidades do concelho, a clarificação das questões relativas à Proteção Civil, Bombeiros e voluntariado, e a definição de indicadores de impacto que permitam

avaliar, a médio prazo, os efeitos da reorganização na qualidade dos serviços prestados aos munícipes. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que como já havia referido, no próximo ano, será entregue um relatório sobre a reorganização dos serviços municipais e as mais-valias verificadas ao longo do ano de 2026. Relativamente ao Serviço Municipal de Proteção Civil, referiu que está prevista a dissociação entre o cargo de Comandante da Proteção Civil e o de Comandante dos Bombeiros. Foi igualmente colocada a questão da integração do Comandante da Proteção Civil no mapa de pessoal, tendo os serviços indicado não existir ainda certeza quanto à correta interpretação da legislação aplicável. Caso a interpretação apresentada pelo Sr. Vereador se venha a confirmar, poderá ser necessária uma alteração ao mapa de pessoal, e submeter à Assembleia Municipal. Referiu ainda que a atual classificação como necessidade temporária poderá estar relacionada com o facto de se tratar de um cargo de nomeação. No que respeita ao Serviço de Obras, informou que, apesar de ter havido algum reforço de pessoal durante o corrente ano, este ficou aquém das necessidades identificadas. Manifestou a intenção de recorrer a uma bolsa de recrutamento, reconhecendo-se, contudo, que o processo não será fácil. Salientou que a falta de recursos humanos impede, de momento, a realização de algumas pequenas obras e outros serviços por administração direta com trabalhadores do município. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o Mapa de Pessoal para o ano de 2026; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou, aprovar a proposta do Mapa de Pessoal para o ano de 2026. -----

2.1.3. Proposta de aprovação da orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2026; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2026. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou aprovar proposta da orçamentação das despesas com pessoal para o ano de 2026; -----

2.1.4. Proposta de aprovação Regulamento Interno da Estrutura Orgânica Municipal;

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de Regulamento Interno da Estrutura Orgânica Municipal; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou aprovar o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica Municipal. -----

2.1.5. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Vilarinho;

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que estes pontos refletem uma questão administrativa, em virtude da desagregação das Freguesias de Lousã e Vilarinho. -

A Sr.^a Vereadora Helena Correia, questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se a Câmara Municipal vai manter as transferências para as outras juntas de freguesia.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que manter-se-á a transferência para todas as juntas de freguesia, só foram presentes à reunião a Junta de Freguesia da Lousã e a Junta de Freguesia de Vilarinho devido à desagregação das mesmas. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Vilarinho ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Vilarinho -----

2.1.6. Proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte das competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte das competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de manutenção no âmbito de intervenção do Município de parte das competências a transferir para a Freguesia de Vilarinho; -----

2.1.7. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Lousã; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia da Lousã-----

Alupcs

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Lousã -----

2.1.8. Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Lousã; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de Transferência de competências e recursos do Município da Lousã para a Freguesia de Lousã. -----

2.1.9. Proposta de aprovação do Regimento da Câmara Municipal da Lousã; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta, do Regimento da Câmara Municipal da Lousã; -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que analisou as propostas que lhe fizeram chegar e que os contributos dos Vereadores do Partido Socialista foram na grande maioria introduzidos no Regimento. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Regimento da Câmara Municipal da Lousã. -----

2.1.10. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.12.2025 relativo à autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional (área de educação) -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.12.2025 relativo à autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional (área de educação). -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara Municipal de 11.12.2025 relativo à autorização de abertura de procedimento concursal para recrutamento de 1 assistente operacional (área de educação). -----

2.1.11. Proposta de fixação de um regime especial de horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho no período de festividades de Natal e Ano Novo. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Proposta de fixação de um regime especial de horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho no período de festividades de Natal e Ano Novo. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de fixação de um regime especial de horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Concelho no período de festividades de Natal e Ano Novo. -----

2.1.12. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 6 930,24 €, no âmbito do “projeto 94.1 – Serviços de Cibersegurança. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 6 930,24 €, no âmbito do “projeto 94.1 – Serviços de Cibersegurança. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 6 930,24 €, no âmbito do “projeto 94.1 – Serviços de Cibersegurança. -----

2.1.13. Proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. -----

O Sr. Presidente da Câmara referiu que se trata de um assunto que transitou do anterior mandato e manifestou a opinião de que a autarquia não tem interesse em manter a participação de 2% na empresa. Atendendo a preocupações quanto à gestão desta alienação, informou que foi solicitado parecer que conclui no sentido de que a alienação da participação deverá ser efetuada através de hasta pública, procedimento que será preparado. -----

O Sr. Vereador António Marçal apresentou a fundamentação da proposta de alienação da participação de 2% do Município da Lousã na sociedade EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda., esclarecendo que a decisão consubstancia um ato jurídico-administrativo com impacto político e estrutural, devendo ser apreciado à luz da Lei n.º 50/2012, de 30 de agosto, e dos princípios da proporcionalidade, da

boa administração e da coerência administrativa previstos no Código do Procedimento Administrativo. Referiu que existe uma proposta concreta de aquisição no valor de 48.979,59 euros, superior ao valor apurado por avaliação externa e independente, que fixou a participação municipal em 46.718,00 euros. Esclareceu que a Lei n.º 50/2012 não impõe a hasta pública como procedimento obrigatório para a alienação de participações sociais, cabendo ao Município, no respeito pelos princípios legais aplicáveis, optar pelo modelo procedimental mais adequado. Atendendo ao facto de se tratar de uma participação minoritária, sem controlo societário, inserida num mercado restrito, considera não estar demonstrado um benefício adicional relevante na adoção de um procedimento de hasta pública. Salientou ainda que o Município, ao longo do tempo, optou por não acompanhar aumentos de capital, aceitando a diluição da sua participação, o que evidencia a não centralidade estratégica desta posição societária. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação Proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda-. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou aprovar a proposta de alienação da participação do Município no capital social da empresa EMEQUATRO – Educação e Serviços, Lda. -----

2.1.14. Proposta de atribuição de apoio financeiro à ATML – Associação dos Trabalhadores do Município da Lousã, no montante de 4.000,00 €, para apoio na prossecução dos seus fins estatutários. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação Proposta de atribuição de apoio financeiro à ATML – Associação dos Trabalhadores do Município da Lousã, no montante de 4.000,00 €, para apoio na prossecução dos seus fins estatutários. ---

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de apoio financeiro à ATML – Associação dos Trabalhadores do Município da Lousã, no montante de 4.000,00 €, para apoio na prossecução dos seus fins estatutários. -----

2.2 Educação, Intervenção Social, Saúde, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude –

2.2.1. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 363,14 €, no âmbito do “Projeto 4 - Rede de Oferta Turística em Espaços Naturais; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 363,14 €, no âmbito do “Projeto 4 - Rede de Oferta Turística em Espaços Naturais; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 363,14 €, no âmbito do “Projeto 4 - Rede de Oferta Turística em Espaços Naturais; -----

2.2.2 Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 395,92 €, no âmbito do “projeto 11 - Região de Coimbra Turismo 2020 - Promoção Integrada dos Produtos Turísticos; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 395,92 €, no âmbito do “projeto 11 - Região de Coimbra Turismo 2020 - Promoção Integrada dos Produtos Turísticos; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 395,92 €, no âmbito do “projeto 11 - Região de Coimbra Turismo 2020 - Promoção Integrada dos Produtos Turísticos; -----

2.2.3 Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 4 549,40 €, no âmbito do projeto de cooperação em inovação regional e desenvolvimento sustentável estabelecido com a Província de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, Argentina; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 4 549,40 €, no âmbito do projeto de cooperação em inovação

regional e desenvolvimento sustentável estabelecido com a Província de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, Argentina; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 4 549,40 €, no âmbito do projeto de cooperação em inovação regional e desenvolvimento sustentável estabelecido com a Província de Tierra del Fuego, Antártida e Islas del Atlántico Sur, Argentina;

2.2.4 Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 511,14€, no âmbito do “projeto 9: um território com identidade gastronómica: a importância da gastronomia na recuperação dos territórios do património natural da Região de Coimbra afetados pelos incêndios florestais”; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 511,14€, no âmbito do “projeto 9: um território com identidade gastronómica: a importância da gastronomia na recuperação dos territórios do património natural da Região de Coimbra afetados pelos incêndios florestais”;

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 511,14€, no âmbito do “projeto 9: um território com identidade gastronómica: a importância da gastronomia na recuperação dos territórios do património natural da Região de Coimbra afetados pelos incêndios florestais”;

2.2.5 - Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 922,35 €, no âmbito do “projeto 177 - EKUIzante” -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 922,35 €, no âmbito do “projeto 177 - EKUIzante” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de

Coimbra (CIM-RC), no montante de 922,35 €, no âmbito do “projeto 177 - EKUIzante”

2.2.6. Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 2 552,18€, no âmbito da participação na “exposição universal - EXPO 2025 OSAKA” -----

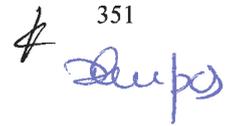
O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 2 552,18€, no âmbito da participação na “exposição universal - EXPO 2025 OSAKA” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no valor de 2 552,18€, no âmbito da participação na “exposição universal - EXPO 2025 OSAKA” -----

2.2.7. TML – Programação do 1º trimestre de 2026 – bilhética:

A Sr.^a Vereadora Helena Correia tomou a palavra sobre a gestão do Teatro Municipal da Lousã e disse que enquanto equipamento público essencial, defende a necessidade de equilíbrio entre o acesso à cultura, a responsabilidade financeira e a missão educativa. Reconheceu o esforço do Município na prática de preços acessíveis e o aumento progressivo do público ao longo do primeiro ano de atividade do Teatro. Manifestou discordância quanto à subsídio de espetáculos de carácter mais comercial, defendendo que, nesses casos, o preço dos bilhetes deve aproximar-se do custo real, uma vez que se trata de iniciativas com procura garantida. Considerou que os recursos municipais devem ser prioritariamente direcionados para áreas onde o mercado não responde. Referiu que uma gestão mais equilibrada permitiria reforçar a programação para escolas e população sénior, criar oportunidades regulares para escolas, associações e grupos locais utilizarem o palco do Teatro, bem como diversificar a oferta artística e promover novos públicos.

Sublinhou ainda a importância da continuidade e do investimento em projetos educativos, comunitários e culturais não comerciais, essenciais para a criação de hábitos culturais e para a identidade cultural local, reconheceu que este trabalho tem vindo a ser desenvolvido, embora com impacto significativo no orçamento municipal. Por fim, apresentou uma proposta de alteração ao artigo 37.º do Regulamento de Funcionamento e Gestão do Teatro Municipal, no sentido de incluir



descontos para cidadãos portadores de certificado multiusos, proposta essa a apresentar posteriormente de forma fundamentada. -----

O Sr. Presidente da Câmara informou que o Executivo pretende proceder à revisão do regulamento, esclarecendo que o caminho a seguir passa por estabilizar o investimento realizado no Teatro Municipal, envolvendo de forma mais ativa as comunidades culturais do concelho. Referiu que, embora reconheça o elevado esforço financeiro associado a este investimento, entende que o mesmo deve ser articulado com os agentes culturais locais, permitindo libertar recursos financeiros para outras obras. Salientou, contudo, que o investimento na cultura é também uma forma de educação, não devendo o município afastar-se desse desígnio. Acrescentou que, conforme consta no Orçamento, foi efetuada uma redução de cerca de 10% na verba destinada à programação do Teatro Municipal da Lousã. Referiu ainda que a integração na Rede Nacional de Teatros permitirá o acesso a financiamento para a programação, salientando que um dos critérios de avaliação será a programação desenvolvida em anos anteriores. Nesse sentido, indicou ter solicitado ao programador que incluía, com maior frequência e intensidade, artistas locais, de forma a valorizar a criação artística do concelho e reforçar as condições de acesso a futuros financiamentos. -----

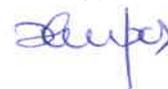
O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a programação do 1º trimestre de 2026 – bilhética. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por maioria com duas abstenções do PS, deliberou aprovar a programação do 1º trimestre de 2026 – bilhética. -----

2.2.8. Voto de reconhecimento a Horácio André Antunes – Campeonatos da Europa e do Mundo de Futebol Sub-17; -----

A Sr.ª Vereadora Helena Correia tomou a palavra e disse que acompanham os votos de reconhecimento destes atletas, mas neste ponto é também importante valorizar o esforço feito pelos treinadores, dirigentes, coletividades, pais e outros atletas mesmo quando os resultados, não demonstram o trabalho e o esforço de todos os envolvidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento a Horácio André Antunes – Campeonatos da Europa e do Mundo de Futebol Sub-17.



A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento a Horácio André Antunes – Campeonatos da Europa e do Mundo de Futebol Sub-17; -----

2.2.9. Voto de reconhecimento aos atletas de Judo adaptado – Montanha Clube – José Miguel Simões, Carlos Garrin, Joel Viegas e Bernardo Cunha; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento aos atletas de Judo adaptado – Montanha Clube – José Miguel Simões, Carlos Garrin, Joel Viegas e Bernardo Cunha; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento aos atletas de Judo adaptado – Montanha Clube – José Miguel Simões, Carlos Garrin, Joel Viegas e Bernardo Cunha; -----

2.2.10. Voto de reconhecimento ao atleta André Carvalho da Secção de Judo do Montanha Clube; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento Montanha Clube Secção de Judo, André Carvalho; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento ao atleta André Carvalho da Secção de Judo do Montanha Clube; -----

2.2.11. Voto de reconhecimento à atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Camila Rebelo, pelos resultados alcançados no Campeonato Europeu de Natação – Piscina curta em Lubin- Polónia; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento à atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Camila Rebelo, pelos resultados alcançados no Campeonato Europeu de Natação – Piscina curta em Lubin- Polónia; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento à atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Camila Rebelo, pelos resultados alcançados no Campeonato Europeu de Natação – Piscina curta em Lubin- Polónia; -----

2.2.12. Voto de reconhecimento aos atletas do Clube Desportivo Lousanense – Afonso Coimbra, João Emídio e Vítor Teixeira que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagraram campeões Zonais; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento aos atletas do Clube Desportivo Lousanense – Afonso Coimbra, João Emídio e Vítor

Teixeira que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagraram campeões Zonais; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento aos atletas do Clube Desportivo Lousanense – Afonso Coimbra, João Emídio e Vítor Teixeira que, em representação da Associação de Futebol de Coimbra, se sagraram campeões Zonais; -----

2.2.13. Voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Martim Simões Rodrigues pelos resultados obtidos no Torneio Regional de Fundo de Infantis e Juvenis em Cantanhede. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação do voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Martim Simões Rodrigues pelos resultados obtidos no Torneio Regional de Fundo de Infantis e Juvenis em Cantanhede; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Martim Simões Rodrigues pelos resultados obtidos no Torneio Regional de Fundo de Infantis e Juvenis em Cantanhede; -----

2.2.14. Voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Diogo Cancela pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Piscina Curta em Cantanhede;

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação o voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Diogo Cancela pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Piscina Curta em Cantanhede; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar o voto de reconhecimento ao atleta do LOUSAN NATAÇÃO – Diogo Cancela pelos resultados obtidos no Campeonato Regional de Piscina Curta em Cantanhede; ----

2.2.15. Proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 28/11/2025, relativo à atribuição de isenção do Programa Férias Ativas – Interrupção letiva Natal 2025. -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 28/11/2025, relativo à atribuição de isenção do Programa Férias Ativas – Interrupção letiva Natal 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Presidente da Câmara de 28/11/2025,

relativo à atribuição de isenção do Programa Férias Ativas - Interrupção letiva Natal 2025. -----

2.2.16 -Proposta de Isenção das taxas de ocupação de via pública durante o evento “A Lousã tem Natal” -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de isenção das taxas de ocupação de via pública durante o evento “A Lousã tem Natal” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de Isenção das taxas de ocupação de via pública durante o evento “A Lousã tem Natal”. -----

2.2.17 - Atribuição de apoio financeiro anual aos Centros de Recursos de Apoio alimentar, no âmbito do Regulamento Municipal de Emergência Social; -----

Retirado da Ordem de Trabalhos -----

2.3. Planeamento, Ordenamento do Território e Urbanismo -----

2.3.1. Empreitada de Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais - Lote 1 - Proposta de trabalhos a menos; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de trabalhos a menos da Empreitada de Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais - Lote 1; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a Proposta de trabalhos a menos- Empreitada de Requalificação e Conservação de Rede Viária e Arruamentos Municipais - Lote 1. -----

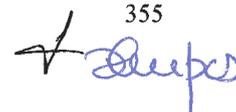
2.3.2. Discussão pública da Proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - REOT Lousã 2025; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - REOT Lousã 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território - REOT Lousã 2025. -----

2.3.3. Proposta de extinção do procedimento - Lousã Green Cowork; -----

Retirado da Ordem e Trabalhos -----



2.3.4. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 750,25€, no âmbito do “projeto 146: Planos Municipais de Ação Climática”; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 750,25€, no âmbito do “projeto 146: Planos Municipais de Ação Climática”. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5 750,25€, no âmbito do “projeto 146: Planos Municipais de Ação Climática”. -----

2.3.5. Proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 122,38€, no âmbito do “projeto 158 - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN)”; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 122,38€, no âmbito do “projeto 158 - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN)”. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 122,38€, no âmbito do “projeto 158 - Delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN)”. -----

2.3.6. Comparticipação financeira/reembolso à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 491,79 €, no âmbito do protocolo de colaboração para aquisição de serviços jurídicos relativo ao processo ERSUC/ERSAR; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de comparticipação financeira/reembolso à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 491,79 €, no âmbito do protocolo de colaboração para aquisição de serviços jurídicos relativo ao processo ERSUC/ERSAR; -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a comparticipação financeira/reembolso à Comunidade Intermunicipal da Região de



O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5.052,64 €, no âmbito do “projeto 30: brigada de sapadores florestais” - componente fixa - ano 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5.052,64 €, no âmbito do “projeto 30: brigada de sapadores florestais” - componente fixa - ano 2025. -----

2.4.4. Comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 882,85 €, no âmbito do “projeto 141 - conceção do modelo de gestão centralizado das AIGP”; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 882,85 €, no âmbito do “projeto 141 - conceção do modelo de gestão centralizado das AIGP. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 1 882,85 €, no âmbito do “projeto 141 - conceção do modelo de gestão centralizado das AIGP. -----

2.5 OUTROS -----

2.5.1. - Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 19/11/2025 relacionado com as ECIN de outubro de 2025; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 19/11/2025 relacionado com as ECIN de outubro de 2025. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente da Câmara de 19/11/2025 relacionado com as ECIN de outubro de 2025. -----

3. Aprovação em minuta -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta o texto das deliberações tomadas. -----



Coimbra (CIM-RC), no montante de 491,79 €, no âmbito do protocolo de colaboração para aquisição de serviços jurídicos relativo ao processo ERSUC/ERSAR. -----

2.4 Florestas e Desenvolvimento Rural -----

2.4.1. Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Coimbra | Designação de representantes do Município da Lousã -----

A Sr. Vereadora Helena Correia, tomou a palavra para relembrar que os Vereadores do Partido Socialista, pediram para ser consultados aquando da nomeação de representantes do município para as diversas entidades, o que não aconteceu. ---

O Sr. Presidente da Câmara, tomou nota, de forma que não volte a acontecer. ----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de designação dos representantes do Município da Lousã na Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Coimbra, tendo ficado designados a nível deliberativo o Sr. Presidente da Câmara e a Sr.^a Vice-Presidente e a nível técnico a Eng^a Manuela Ferraz e o Coordenador Municipal da Proteção Civil Pedro Santa. -

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a designação de representantes do Município da Lousã para a Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Coimbra. -----

2.4.2. Proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 295,85€, no âmbito do “Projeto 26: Rede Tecnológica de Monitorização”, referente aos custos de funcionamento no ano 2024; -----

O Senhor Presidente da Câmara colocou à votação a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 295,85€, no âmbito do “Projeto 26: Rede Tecnológica de Monitorização”, referente aos custos de funcionamento no ano 2024. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta de atribuição de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, no montante de 295,85€, no âmbito do “Projeto 26: Rede Tecnológica de Monitorização”, referente aos custos de funcionamento no ano 2024.

2.4.3. Proposta de comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), no montante de 5.052,64 €, no âmbito do “projeto 30: brigada de sapadores florestais” - componente fixa - ano 2025; -----

Nada mais havendo a tratar, pelas treze horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada por si e por Dina Campos, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

